



Defensoria Pública
de Mato Grosso do Sul

Nudem

Informativo do Núcleo Institucional de Promoção e Defesa
dos Direitos da Mulher - NUDEM



ANO 6 - 28ª Edição | Mai/Jun 2020

Temas: Violência de gênero não tem idade | Impacto da pandemia na vida das mulheres

Editorial

Ainda em meio à pandemia ocasionada pelo novo coronavírus, chega a 28ª edição do nosso Boletim Informativo trazendo um pouco da vida da nossa colega Defensora Pública Ester Quintanilha Nogueira que, em um texto livre, fez um paralelo entre sua história e o difícil cenário para as mulheres acima dos 40, 50 anos no mercado de trabalho. Também contou como se tornou Defensora aos 56 anos de idade. Um exemplo!

Além disso, reunimos algumas notícias que demonstram que a violência de gênero não tem idade e que são as idosas e não os idosos que sofrem mais violência doméstica. Fizemos um breve relato das atividades do NUDEM na pandemia, tratamos do movimento exposed que nas redes sociais está colaborando para não perpetuar o silêncio das vítimas de assédio sexual e coletamos notícias sobre o que as mulheres têm enfrentado neste momento, como por exemplo, o aumento dos casos de feminicídios e os impactos negativos na retomada da economia que não leva em consideração o fato das escolas estarem fechadas.

E não podiam faltar as dicas de livro e série para continuarmos em casa, afinal, essa é a principal medida para barrar o vírus.

Boa leitura! E fique em casa!

Thaís Dominato Silva Teixeira
Coordenadora do NUDEM

Artigo

“MULHER MADURA”: o difícil, mas possível, acesso ao mercado de trabalho.

Ester Quintanilha Nogueira*

Como Defensora Pública, atendo muitas mulheres acima de 40 e 50 anos de idade, me deparo frequentemente com a desesperança e com a falta de forças para mudar a realidade em que vivem. Quase a totalidade dessas mulheres maduras não conseguem emprego e a grande maioria não concluiu o ensino médio.

A situação dessas mulheres me incomoda, pois vejo que se faz necessário o impulso para mudar esta realidade e a falta de perspectiva. Da minha parte, no que posso, tento estimulá-las, mostrando que são capazes, que é possível sim, tento encorajá-las, ainda que a realidade seja desfavorável.

Com essa inquietude, nasceu em mim a vontade de escrever sobre o tema proposto, destaco que não é um trabalho científico, mas um relato de vida, persistência, luta e de fé.

Assim, pesquisando sobre o tema mulher madura, encontrei um estudo intitulado “Women in Business 2017”, realizado pela Grant Thornton¹, que demonstra o quanto as mulheres precisam avançar. Este estudo foi feito com mais de cinco mil participantes de 36 países, percebeu-se avanços, mas detectou-se ainda disparidades no meio corporativo quando o foco são as mulheres.

Chegou-se à conclusão, que a proporção de mulheres ocupando cargos de gerência



ainda é pequena, mas com boas perspectivas. Esta mesma pesquisa relatou que faltam exemplos femininos a serem seguidos. Várias mulheres que participaram do Women in Business afirmaram que uma quantidade maior de modelos a serem seguidos poderia, muito, estimular a liderança feminina no mundo do trabalho.

Se faz necessário que mulheres com idade acima de 40 ou 50 anos, que se destacam no mercado de trabalho, incentivem o desenvolvimento de outras lideranças femininas, isso nos mais variados ramos de atividade, é preciso mostrar para as outras mulheres, especialmente para as mulheres maduras, que elas podem vencer, ou seja, podem chegar lá, com certeza, elas farão diferença em todos os segmentos.

Segundo dados da Organização Internacional de Trabalho, OIT², proporcionalmente, há mais mulheres com dificuldade de encontrar trabalho do que homens – e essa tendência vem piorando. Enquanto a taxa de desemprego para os homens no mundo é de 5,2%, para as mulheres é de 6%.

Apesar de terem conquistado mais espaço, as mulheres ainda têm menos espaço no mercado de trabalho e possuem uma participação maior no serviço familiar não remunerado na comparação com os homens. Dessa maneira, se o cenário se mostra difícil para as mulheres imaginem para as mulheres acima de 40 ou 50 anos de idade.

Trabalhando o tema mulher madura, uma empresa de trainee fez uma pesquisa, cuja conclusão foi de que até o ano de 2040, 57% do mercado de trabalho será composto por profissionais com idade acima dos 45 anos.

A verdade é que as pessoas estão vivendo mais tempo, a expectativa de vida aumentou. Dessa maneira, as empresas e instituições terão que repensar o acesso e convivência de diversas gerações no mercado de trabalho.

Sob o tema, foram feitas perguntas para **Mórris Litvak³**, empreendedor que auxilia pessoas e empresas na recolocação de profissionais acima dos 50 anos no mercado de trabalho e idealizador do projeto Conectando Gerações. Vejamos abaixo as perguntas e respostas:

Progic – Como está o cenário do mercado de trabalho para os 50+ nos dias de hoje? – R: Mórris – “Um quarto da população brasileira já é 50+. [...] Hoje a gente sabe que com 40 anos é muito difícil você conseguir um emprego, com 50 é quase impossível”.

Progic – Qual é o grande ganho das empresas em investirem na contratação dos 50+? – R: Mórris – “Experiência de vida só quem viveu que vai ter e, isso agrega muito. Não é só a habilidade técnica que vai importar. Habilidade técnica você pode aprender a qualquer hora – e dizem que a cada quatro anos você tem que se atualizar ou aprender uma coisa nova porque as técnicas vão ficar ultrapassadas. As habilidades comportamentais é que vão ser cada vez mais importantes e isso é algo que os mais velhos têm muito para contribuir aos jovens por já terem passado por diversas situações durante a vida”.

Essas perguntas e respostas chamam nossa atenção para o fato de as mulheres ditas maduras podem sim contribuir com suas experiências adquiridas, isso com certeza agrega valores. É necessário que a mulher madura saiba que pode sim demonstrar suas habilidades comportamentais.

Voltando à minha história e para entendermos melhor, vou fazer um retorno no tempo e contar um pouco de como tudo aconteceu. Nasci em um lar humilde, de gente trabalhadora, mas de muita fé e determinação. A luta de minha mãe, dona Margarida, que ficou viúva aos 40 anos de idade foi incansável, e embora não seja objeto do tema proposto, merece destaque, pois passei minha infância, adolescência e juventude, ouvindo minha mãe dizer que era fundamental estudar, mas acima de tudo, ter fé e não desistir dos sonhos.

No dia 16 de fevereiro do ano de 1980 me casei com meu querido esposo Ailton, mas já

cursava o curso de pedagogia na antiga FUCMAT, foi quando nasceu minha primeira filha, Tatiana, em dezembro de 1980, mas continuei com os meus planos de estudos. Entretanto, em 1984 dei a luz a minha segunda filha, Thais, todavia, embora com muita dificuldade para conciliar cuidado da família e estudo no período noturno, consegui e me graduei em Pedagogia licenciatura plena no ano de 1984.

Em 1987, já com duas filhas e trabalhando meio período no Estado, engravidei do terceiro filho, Tiago, foi quando optei por pedir exoneração e me dedicar integralmente aos filhos, jornada compensadora e honrada de mãe e dona de casa em tempo integral.

A medida que meus filhos cresciam algo me instigava, eu precisava retornar ao mercado de trabalho, foi então que fiz uma pós graduação em Psicopedagogia da Educação. Mas, mesmo assim continuei na minha missão de mãe e esposa.

Eu tinha dentro de mim uma certeza, que independente do gênero, a pessoa com maior qualificação teria muito mais chances e oportunidades de inclusão no mercado de trabalho.

Então, no ano de 1998 fiz vestibular o para o curso que muito ansiava, Direito. Confesso que quando me vi aprovada levei um susto, primeiro, porque estava há muito tempo fora dos bancos escolares, segundo, porque temia não acompanhar com afinco o desenvolvimento dos meus 3 filhos, terceiro, porque me perguntava, será que conseguirei?

Eu confesso que embora sabendo das dificuldades que teria no caminho, me arrisquei a voltar aos bancos escolares e cursar o curso de meus sonhos.

Diante da escolha pela qualificação e reingresso no mercado de trabalho, muitas vezes eu tive sentimento de culpa, havia um conflito interno, entre sacrifícios pessoais para continuar rumo a esta escolha, sem desnaturar o prazer de cuidar de minha família, dar amor, estar presente.

Mas mesmo com essa angústia, me veio a certeza, que nos anos de dedicação exclusiva à minha família, pude estabelecer um vínculo familiar estável, que com certeza seria sustentáculo suficiente para continuarmos unidos. Agora uma coisa seja dita, com todas as lutas para dar atenção ao esposo, filhos e não abandonar os estudos, tenho que ressaltar que minha família me deu todas as possibilidades e apoio para não desistir.

Conclui o curso de Direito em dezembro de 2002 e em janeiro de 2003 coleei grau. Eu pensava o tempo todo, agora tenho um diploma do Curso de Direito, mas como me reinventar e voltar ao mercado de trabalho, será que não serei discriminada pela minha idade, ainda que demonstre capacidade? foi quando então resolvi fazer uma pós graduação na área jurídica. Após o término da pós graduação, fui convidada pelo Coordenador do Curso de Direito na qual fui acadêmica, para ministrar aula na Faculdade, foi quando aceitei e optei por fazer outra pós graduação.

Agora, inserida no mercado de trabalho tive certeza que poderia, que independente da idade lutaria até conseguir e dessa forma poderia impulsionar outras mulheres. Optei então por fazer concurso público.

Decidi continuar trabalhando, ministrei aula em uma outra faculdade, fazia alguns concursos públicos, logrando êxito em algumas fases, reprovando em outras, enfim, como toda pessoa que se dedica aos estudos para lograr aprovação.

Nessa luta incansável, ouvi muitas vezes dizendo: os mais velhos são discriminados, você não foi aprovada nesse ou naquele concurso em razão da idade, e outras, como você consegue estudar assim, eu já teria desistido.

O fato é, eu não queria desistir, digo mais, para aqueles que tem fé, independente da religião que professam, Deus me concedeu uma força sobrenatural, que me impulsionava a prosseguir. Por outro lado, tinha certeza que tudo tem seu tempo determinado e meu tempo chegaria.

Percebi que minha reinserção no mercado de trabalho passaria pelo estudo e especialização, pois como mulher, já acima dos 50, fora do mercado de trabalho, teria muitos desafios e grandes dificuldades para encontrar uma oportunidade. Analisando a limitação de acesso ao trabalho em razão da idade, eu escolhi não temer essa realidade, optei por lutar, não desistir até conseguir, pois como diz o ditado, quem desiste nunca quis ser. Foram muitas madrugadas de estudo, muitos feriados e finais de semana sem sair de casa, muitas ausências em festas e reuniões de amigos e familiares.

Dessa maneira, após muita luta, desafios, frustrações, reprovações e recomeços nos estudos, fui aprovada no concurso tão almejado, isso no ano de 2015, tomei posse no

dia 20 de outubro de 2016, no cargo de Defensora Pública na Defensoria Pública de Mato Grosso do Sul, à época da posse eu já havia completado 56 anos de idade.

Confesso, este momento foi a concretização de um sonho, bem como resposta pelos esforços empreendidos nos estudos. Se perguntarem se foi fácil, repondo de imediato, não, não foi fácil.

Agora, pensando em outras mulheres, que igual a mim se encaixam entre as mulheres maduras, que contam com mais de 40, 50 anos ou mais anos de idade, com família, filhos e até netos como eu, ressalto, vocês são capazes.

Não há impossibilidades para aqueles que lutam, que persistem e que anseiam ocupar um espaço, seja nas corporações de empresas, em um pequeno negócio dentro do seu lar, ou mesmo logrando êxito em concurso público.

É preciso nos conscientizarmos que a experiência de vida nos dá muitas habilidades e também maturidade para gestão de conflitos. Mas ressalto, precisamos lidar com a tecnologia, enfim nos reciclarmos, temos que aprender que o mundo que está cada dia mais digital. De gratificante nessa inserção digital, tem a possibilidade de convivemos com pessoas mais novas, com ideias inovadoras e dispostas a colaborar, mas precisamos ter interação e humildade para aprender.

Afirmo com bastante convicção que a mulher madura pode em muito contribuir com o ambiente laboral de empresas e órgãos, pois elas têm experiência de vida, conhecimento e resiliência.

Se me perguntarem, qual a chave para superar tantas adversidades, com certeza, não terei dúvida em dizer, fé, persistência e vontade de vencer, independente das circunstâncias adversas. Terminando citando um versículo que se tornou meu versículo de cabeceira: “Tudo tem o seu tempo determinado e há tempo para todo propósito debaixo do céu” (Eclesiastes 3:1).

Ester Quintanilha Nogueira é graduada em Direito (UNIDERP) e Pedagogia com Licenciatura Plena (FUCMAT). Possui Especialização em Direito Processual Civil - UNISUL – Universidade do Sul de Santa Catarina convênio LFG,

Especialização em Direito do Estado e das Relações Sociais - Escola Superior do Ministério Público de MS em Convênio com a Universidade Católica Dom Bosco - UCDB e Especialização em Psicopedagogia em Educação - Universidade Estácio de Sá. Atualmente, é Defensora Pública no Estado de Mato Grosso do Sul.

NOTAS:

(1) “Mulher e mercado de trabalho”. Disponível em: <https://www.sbcoaching.com.br/blog/mulher-mercado-trabalho/>) acesso no dia 02 de junho de 2020.

(2) TREVIZAN, Karina. Participação das mulheres no mercado de trabalho segue menor que a dos homens, diz OIT. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/participacao-das-mulheres-no-mercado-de-trabalho-segue-menor-que-a-dos-homens-diz-oit.ghtml>. Acesso dia 02 de junho/2020.

(3) LIMA, Igor. Mercado de Trabalho Após os 50 Anos - Progicast com Mórris Litvak. Disponível em: <https://endomarketing.tv/mercado-de-trabalho-apos-os-50-morris-litvak/#.XuzFRWhKg2y>. Acesso em 20 de junho de 2020.



Fatos & Notícias

Estadão – 22/07/2019. A difícil missão das mulheres maduras no mercado de trabalho. As mulheres já são a maioria da população brasileira e têm expectativa de vida de 80 anos, mas sofrem preconceito etário no mercado corporativo mais cedo que os homens, diz especialista Mórris Litvak em artigo. Na onda do aplicativo que na última semana fez sucesso nas redes sociais ao envelhecer o rosto das pessoas, reparei em minhas redes que os homens compartilharam muito mais essas fotos do que as mulheres. Ao perguntar a amigas e familiares, algumas disseram que ficaram horrorizadas com sua foto envelhecida. Outras simplesmente se negaram a entrar na brincadeira. Isso me fez

refletir ainda mais sobre o fato de que, entre as mulheres, a discriminação por idade começa mais cedo e nunca diminui. Com o avanço da expectativa de vida cada vez mais rápido e a longevidade cada vez maior, principalmente entre as mulheres – a expectativa de vida delas ao nascer chegou a 80 anos em 2019, segundo o IBGE –, seria de se esperar que elas continuassem no mercado de trabalho também por mais tempo. Mas o que acontece é justamente o contrário: as mulheres sofrem com o preconceito etário nas corporações mais cedo do que os homens. A professora do departamento de Administração Geral e Recursos Humanos da Fundação Getúlio Vargas (FGV) Maria José Tonelli diz que os preconceitos em relação à idade e à raça são maximizados quando se trata de profissionais do sexo feminino. Essa tese foi confirmada em pesquisa realizada no ano passado pela MaturiJobs em parceria com a NOZ Pesquisa e Inteligência, onde mais de mil pessoas responderam sobre sua vontade de empreender após os 50 anos e 65% dos respondentes eram mulheres. Com uma média de 58 anos, 48% confirmam que já passaram por alguma situação profissional em que houve discriminação por conta de sua idade. Uma das respondentes disse: “Com 56 anos, tenho enviado CV’s há um ano e ninguém chama. Muitas empresas começam o questionário online perguntando a idade. Já houve quem dissesse que não se sente confortável tendo como parte da equipe alguém mais velho do que o próprio gestor. É muito preconceito com o fator idade. O sexo feminino é o segundo fator de preconceito.” Essa pesquisa mostrou que há grande interesse dos 50+ em empreender, porém principalmente em função da falta de oportunidades no mercado de trabalho. Em 2015, um estudo do Escritório Nacional de Pesquisas Econômicas dos EUA encontrou fortes evidências de discriminação etária na contratação de candidatas mulheres. As conclusões sugerem que a discriminação por idade é um problema especialmente feminino. Eu mesmo tenho ouvido com frequência cada vez maior mulheres falando sobre essa dificuldade e muitas já desistiram de buscar um emprego. Elas contam que com 40 anos já estavam velhas para o mercado de trabalho. Como pode isso, se dizem que “os 50 são os novos 30”? E, afinal, quem ousa chamar uma

pessoa de 50 anos de velha hoje em dia? Aparentemente, o mercado de trabalho. Os jovens profissionais que trabalham no departamento de recursos humanos das empresas têm de tomar consciência de seu importante papel em abrir espaço para as mulheres maduras e para os candidatos 50+ em geral. Entretanto, segundo um artigo do ano passado da Wharton School of the University of Pennsylvania, que diz que as mulheres mais velhas podem ser o segredo para impulsionar a economia dos EUA nas próximas décadas, garantir participação massiva dessas mulheres mais maduras depende de ofertas de emprego que satisfaçam condições por elas exigidas. Por exemplo, para algumas delas, a maximização da renda não é o principal objetivo. Muitas têm altos níveis educacionais. E com a responsabilidade reduzida de cuidar dos filhos, agora que eles cresceram, elas estão prontas para assumir ou continuar tendo um emprego, mas não em qualquer trabalho. Para elas, uma forma de trabalho que ofereça flexibilidade num ambiente envolvente pode representar uma alternativa mais atraente do que a aposentadoria definitiva. Dos mais de 90 mil cadastrados em nossa plataforma de oportunidades para pessoas 50+, as mulheres representam 50,5%, porém nos cursos, eventos e workshops que realizamos, elas são sempre no mínimo 70% do público. Ou seja, as mulheres são muito mais proativas a buscar atualização, fazer networking e encontrar alternativas para não ficar paradas. Tenho reparado que os homens se fecham mais quando saem do mercado de trabalho após os 50 anos, têm mais dificuldade com a perda de status e do sobrenome corporativo, mas são em maior número quando falamos de tecnologia ou startups nesses eventos. Já quando o tema é autoconhecimento, fundamental para quem está nesta fase da vida e em transição de carreira, os homens praticamente não aparecem. Precisamos urgentemente debater o preconceito etário não só no mercado de trabalho, mas em nossa sociedade como um todo, e parte disso deriva de uma cultura em que o padrão de beleza jovem é cultuado e muito valorizado, o que faz com que os mais velhos pareçam visualmente obsoletos, especialmente as mulheres. Se as mulheres são mais da metade da população no Brasil e mesmo as jovens, com sorte,

também envelhecerão (independentemente de raça, orientação sexual ou condição social), o que falta para tomarmos consciência e começarmos a mudar esse cenário em nosso país? Afinal, dizem que o futuro é feminino. Então certamente será feminino e maturi!

Universa uol – 14/01/2019. Violência contra idosos: mulheres sofrem mais do que homens. O ano de 2019 mal começou e crimes de violência contra mulheres dispararam no país. O mais triste é que as idosas são algumas das mais vulneráveis e sofrem duplamente - tanto pela idade avançada quanto pela questão de gênero. Somente no primeiro semestre de 2018, 5.206 denúncias e relatos de violência recebidos pela Central de Atendimento à Mulher (Dique 180) envolveram vítimas idosas com idade igual ou acima de 60 anos, sendo que em quase metade dos casos (2.498) a vítima tinha 70 anos ou mais. Já o Disque 100, serviço especializado em denúncias sobre violações dos direitos humanos, contabilizou 34.928 violações cometidas contra idosos no Brasil nos seis primeiros meses de 2018. "Os casos foram relatados por meio de 16.670 denúncias, que mostraram que a maior parte das quase 19 mil vítimas nessa faixa etária eram mulheres, ou seja 63,25%", respondeu em entrevista à *Universa* a Assessoria Técnica da Secretaria da Pessoa Idosa do Ministério da Mulher, Família e dos Direitos Humanos. A violência contra idosas com mais de 60 anos pode se manifestar de diversas formas. Os crimes mais frequentes são negligência (77,61%), violência psicológica (55,36%), abuso financeiro e econômico. Aos 94 anos, a artista plástica aposentada Leonidia Rodrigues diz ouvir há mais de 30 anos comentários pejorativos, especialmente em ambientes públicos. "Apesar da idade, sou bastante ativa. Porém, quando saio e vou a lojas, supermercados e agência bancária escuto gente mais jovem reclamar que só atrapalho e atraso a vida alheia. Mesmo na fila reservada ao idoso já fui intimidada por ter esse direito", lamenta. A hostilização e a humilhação são classificadas pelo Ministério dos Direitos Humanos como violências psicológicas. Os abusos também estão presentes no transporte público. Segundo Leonidia, é raro algum passageiro deixar o

assento destinado a idosos para os mais velhos. Há alguns anos, ao pegar um ônibus com mais duas senhoras, ela se surpreendeu até com a atitude do motorista. "Ao subirmos, ele reclamou de ter parado no ponto só para nos pegar e ainda nos comparou a jacarés. Disse que só saíamos da toca quando o sol aparecia. Fiquei sem reação, ninguém nos defendeu, e pouco tempo depois, ao completar 90 anos, entrei em depressão e não queria mais sair. Felizmente, com o apoio da família e de terapia me curei". Margareth dos Reis, psicóloga e doutora em Ciências pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP) afirma que tais agressões provocam marcas invisíveis profundas, podendo levar ao desenvolvimento ou ao agravamento de problemas emocionais em idosos. "Se por um lado a longevidade é considerada uma grande conquista da atualidade, infelizmente maus-tratos e casos de idosos que se suicidam tem aumentado também, é um problema de saúde pública", ressalta. Violência também ocorre dentro de casa. As agressões também podem ocorrer dentro de casa, e por parte dos próprios parentes. A idosa Maria Cléia Derze Craveiro, de 72 anos, foi uma das vítimas de agressão de familiares. Ela foi morta a tesouradas em agosto de 2017, dentro de casa, em Rio Branco, no Acre. O assassino, criado pela vítima como filho adotivo, seria dependente químico e queria dinheiro para comprar drogas. No mesmo ano, um levantamento feito pela Polícia Civil de Rio Branco revelou que os filhos foram os que mais agrediram idosas na região. A Delegacia de Atendimento à Mulher (DEAM) local instaurou 85 inquéritos policiais de violência cometida contra idosas. Destes, 37 foram contra os filhos das vítimas, ou seja, 44% das ações. A coordenadora da DEAM, delegada Kelcinaira Mesquita, informa que "na maioria dos casos, os filhos ainda moram com os pais e têm problemas com álcool ou droga. Eles não trabalham e vivem da aposentadoria dos pais. Temos muitas ocorrências em relação aos netos, também com problemas com drogas". Na sequência, 12 inquéritos foram abertos contra companheiros e maridos. Contra noras, sobrinhos, vizinhos e outros foram instaurados um processo contra cada um. De acordo com dados de 2018 coletados pelo Núcleo de Estudos e Programas na Atenção e Vigilância em

Nudem na pandemia

Violência, da Secretaria de Saúde do Distrito Federal, nessa região as mulheres idosas são as principais vítimas de violência doméstica, representando o dobro (64%) dos homens (32%). No município de São Paulo, de 894 casos de violência física registrados contra idosos em 2017, 246 (27,5%) das agressões foram cometidas pelos filhos. Filhos do sexo masculino atuaram em 69% dos casos, ou seja 169 de 246, em especial contra mães. Os dados são da Prefeitura de São Paulo. Já na cidade de Recife, em 2017, vítimas idosas do sexo feminino representavam 59%, tendo como agressor predominantemente o filho do sexo masculino. A violência física foi a forma de agressão mais observada (45%), ocorrida, principalmente, nas residências (48%). Os dados foram obtidos do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAM). Nos dados coletados pelo disque 100, os estados onde há mais denúncias contra a mulher idosa são, nessa ordem: São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, seguidos do Ceará, Bahia e Paraná. Denunciar é fundamental Para garantir proteção a pessoas idosas, a legislação brasileira conta com o Estatuto do Idoso O documento, que completa em 2019 16 anos de vigência, consolida e reafirma direitos básicos de cidadania já previstos pela Constituição Federal. No Brasil, um dos principais canais de atendimento para o combate à violência contra a mulher idosa é o serviço gratuito da Central de Atendimento à Mulher, disque 180. Esse serviço de utilidade pública oferecido pelo Ministério dos Direitos Humanos funciona 24 horas todos os dias, incluindo feriados e fins de semana. Além do número, o serviço também está disponível pelo aplicativo Proteja Brasil e pela Ouvidoria Online, no site: www.humanizaredes.gov.br/ouvidoriaonline. Outro meio de denunciar estes casos é o Disque 100. A central de atendimento recebe, analisa e encaminha denúncias de violações contra crianças e adolescentes, LGBT, idosos e pessoas com deficiência. "Existem, ainda, as Delegacias Especializadas de Proteção ao Idoso e da Mulher que também recebem denúncias de violência contra mulheres idosas", informa a Assessoria Técnica da Secretaria da Pessoa Idosa do Ministério da Mulher, Família e dos Direitos Humanos.

As mulheres neste momento de pandemia vivem sentimento de medo exacerbado, vez que, além dos perigos inerentes ao gênero, há aqueles relacionados à doença e, como consequências, mais exposição a risco, empregos ameaçados, relativização dos direitos, violência doméstica e sobrecarga mental e em razão do trabalho. Pensando nisso, o NUDEM, levando em consideração os alertas da OMS e ONU Mulheres tem buscado atuar em três frentes: violência doméstica, direitos sexuais e reprodutivos e parcerias com a rede de atendimento à mulher. Assim, passamos a expor resumidamente algumas das atividades. Em relação à violência doméstica, a falta de conhecimento e a dificuldade de acesso tem sido presentes



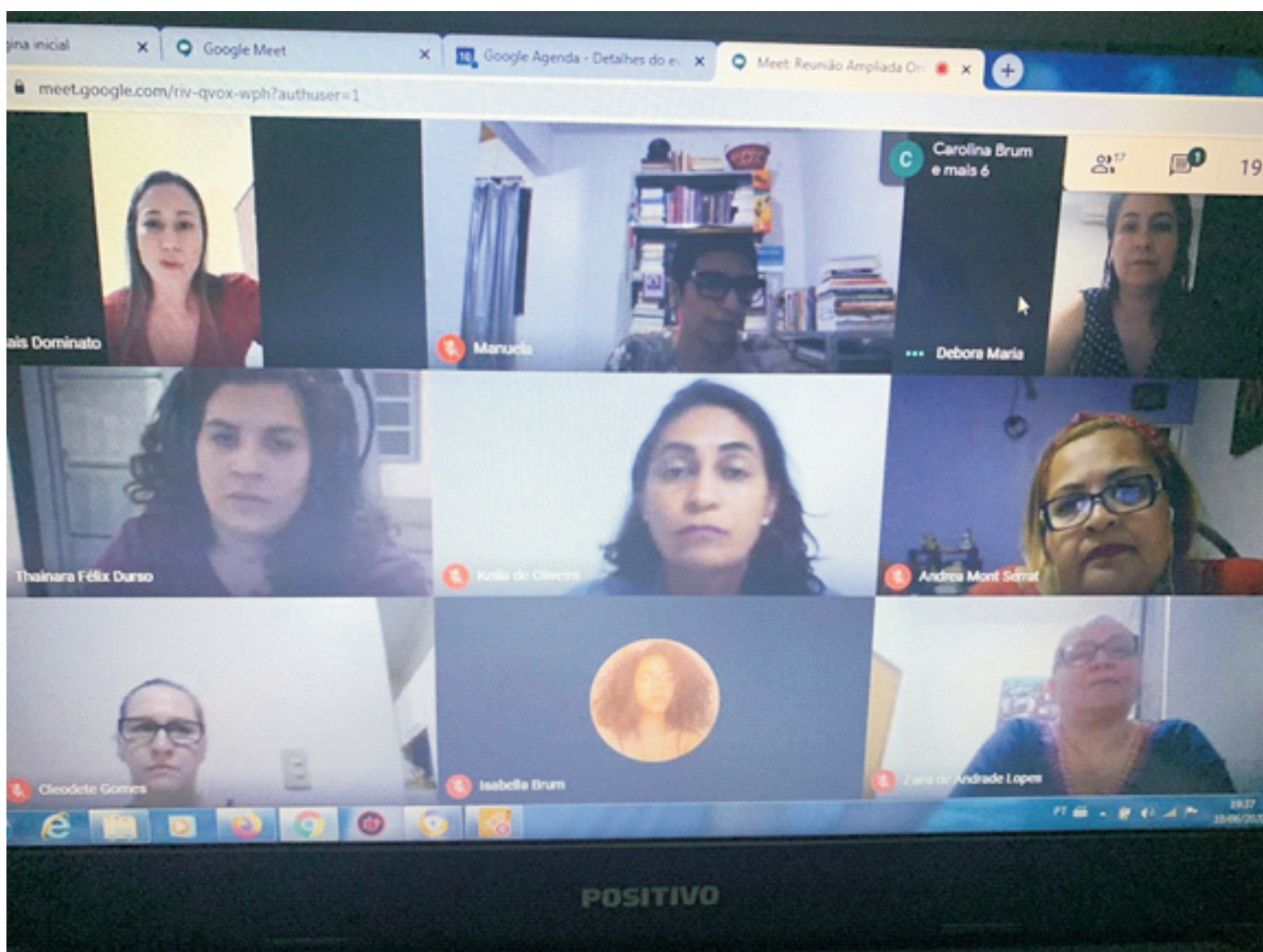
Live realizada pela ESDP, com participação do NUDEM, sob a perspectiva de gênero nos julgamentos dos crimes de feminicídio.



neste momento e, por isso, temos realizado, com o auxílio da Administração Superior, a disseminação de informação por meio de posts nas mídias sociais, de lives sobre a temática e entrevistas nas rádios para divulgarmos os canais de denúncias on line e, inclusive, a plataforma de atendimento virtual da Defensoria, tratarmos dos direitos das mulheres e da importância da participação da sociedade no combate à violência. Também estamos realizando rodas de conversas virtuais com grupos organizados de mulheres e articulando com as outras instituições, tais como o Poder Judiciário, providências para, por exemplo, manter o cumprimento dos mandados relativos às medidas protetivas de urgência e conseguir a prorrogação automática daquelas que se vencerem durante a pandemia.

Já quanto aos direitos sexuais e reprodutivos, prevendo a relativização, apesar da essencialidade que garante a autonomia e liberdade da mulher, temos cobrado das autoridades sanitárias a manutenção ininterrupta de serviços relacionados ao pré e pós-natal, aos métodos contraceptivos, ao cumprimento da lei do minuto seguinte e ao planejamento reprodutivo entre outros.

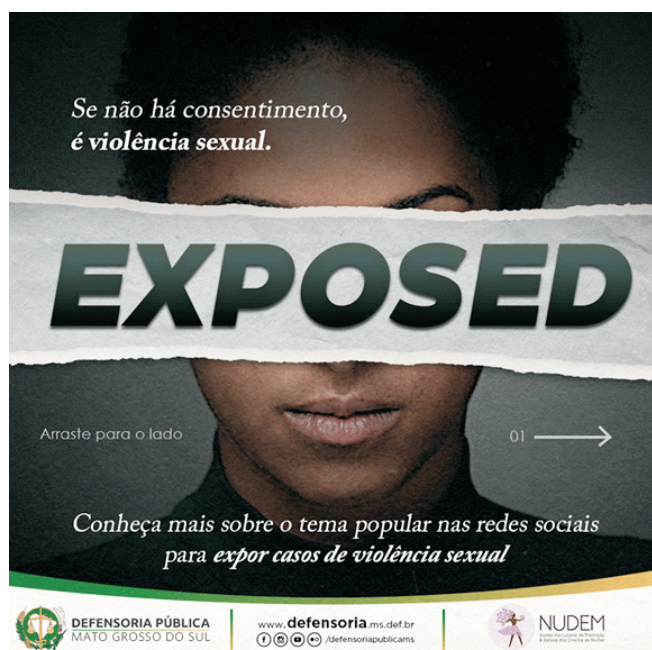
E em Campo Grande, quando uma das maternidades aniquilou o direito ao acompanhante das gestantes no momento do parto, contrariando a OMS e as notas técnicas do Ministério da Saúde emitidas após a pandemia, tivemos de ajuizar ação civil pública para retomar, pelo menos em parte, esse direito humano e fundamental das mulheres.



Roda de conversa virtual.
Posts nas redes sociais da Defensoria Pública de MS

Ainda, temos mantido proximidade com a rede de atendimento às mulheres, vez que violência só se ameniza quando a rede é sólida e funciona e, assim, temos participado de eventos on line de abrangência estadual junto à Subsecretaria Estadual de Políticas Públicas para Mulheres, nos reunido com o CEAM que presta atendimento psicológico às mulheres e, considerando que os CRAS (assistência social) estão abertos e são portas de entrada, com o empenho da assistente social do NUDEM, Elaine França, estamos traçando estratégias para as buscas de vítimas junto aos (as) técnicos (as) desses centros e também distribuimos dois mil dos nossos folders educativos que falam sobre o ciclo da violência, os tipos de violência e os caminhos para se chegar à Defensoria Pública. Sigamos com a certeza de que vai passar!

MOVIMENTO: #EXPOSED



Posts nas redes sociais da Defensoria Pública de MS

IMPORTANTE:

1. Até o advento da Lei n. 13.718, em setembro de 2018, a vítima de um crime de estupro, em regra, tinha o prazo de 6 meses contados da data dos fatos para manifestar-se autorizando o início da investigação e do processo criminal (representação). Decorrido esse prazo, sem a manifestação da vítima, não haveria mais qualquer possibilidade de punição.

2. Os crimes contra a liberdade sexual, tais como estupro, importunação sexual e assédio sexual, praticados a partir do advento da lei n. 13.718, em setembro de 2018, são processados mediante ação penal pública incondicionada. Isso quer dizer que a vítima não precisa autorizar o início da investigação policial e tampouco do processo criminal, basta que a autoridade policial ou o Ministério Público tomem conhecimento.

Para além da discussão sobre a importância do movimento #exposed como formação de rede de solidariedade e sororidade, onde meninas e mulheres se identificam, deixam de se culpabilizar e percebem que não são as únicas a sofrer esse tipo de violência, também é preciso que entendamos o recado que nos é dado sobre a nossa ineficácia como sociedade e sistema de justiça para tratar da temática do assédio sexual em sentido lato. É necessária mudança! É isso que nos diz o movimento! As escolas, as universidades, precisam encarar esse assunto, precisam criar comissões, comitês, políticas de prevenção ao assédio sexual, locais de escuta e acolhimento e também de responsabilização social dos abusadores. E nós, do sistema de justiça, operadores e operadoras do direito, também precisamos entender que passamos da fase de sermos sensibilizados e conscientizados e devemos ser responsabilizados. É nossa obrigação não desacreditar a palavra das mulheres pelo simples fato de serem mulheres, não julgar pelo tipo de roupa, pelo número de parceiros, indagando sobre se ingeriu álcool ou não, ou aconselhando a manutenção de relacionamentos permeados de violência sob o argumento da manutenção da família. Basta disso tudo.

VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES E PANDEMIA

G1 Acre – 26/05/2020: Vítima faz denúncia de violência doméstica por e-mail e Justiça do AC concede medida protetiva on-line. Justiça do Acre concedeu a primeira medida protetiva solicitada pela internet por uma vítima de violência doméstica. A mulher fez o pedido por e-mail e, no sábado (23), a Justiça acatou o pedido durante o plantão. Com a determinação, o suspeito da violência não pode se aproximar da mulher, da família e nem da casa dela e deve manter uma distância de

200 metros da vítima. Ao avaliar a situação, a Justiça descobriu que já tinham sido emitidas outras medidas contra o suspeito. Caso o homem desrespeite a nova medida, o Juízo da Vara de Proteção à Mulher deve acompanhar o caso pelo aplicativo Botão da Vida, que tem o auxílio ainda dá Patrulha Maria da Penha.

Universa UOL – 01/06/2020. Número de casos de feminicídio no Brasil cresce 22% durante a pandemia. Dados levantados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública apontam que houve um aumento de 22% nos registros de casos de feminicídio no Brasil durante a pandemia do novo coronavírus. Os números correspondem aos meses de março e abril e foram comparados com o mesmo período do ano passado. O número passou de 117, em 2019, para 143 neste ano. A diretora-executiva do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Samira Bueno, afirma que a pandemia tem agravado o quadro de violência contra mulheres e meninas no país, já que vítimas e agressores atravessam a quarentena juntos. "Durante a crise sanitária, muitas mulheres estão confinadas com o agressor, com dificuldade em pedir ajuda pelo celular, sem poder sair de casa e, além disso, muitas vezes em condições precárias e desempregadas", alerta Samira. "Outras tiveram sua renda diminuída por conta dos reflexos no mercado de trabalho e estão mais vulneráveis do que antes." O levantamento analisou os dados de 12 estados e indica que o Acre foi onde os casos mais cresceram. Por lá, foi observado um aumento de 300% no número de casos reportados, que passaram de 1 para 4 no período. Maranhão, com 166,7% de aumento, e Mato Grosso, com 150% vem logo na sequência. Número de denúncias Na comparação entre os meses de março de 2019 e 2020, o número de denúncias registradas no Ligue 180 cresceu em 17,9%. Em abril, período em que já havia quarentena decretada em todos os estados do país, o aumento registrado foi de 37,6% em relação ao mesmo período do ano passado.

El País - 04/06/2020. Retomada econômica ignora mães que precisam ir ao trabalho e não terão escolas para deixar os filhos. Planos de Governos e empresas não contemplam rotina de mulheres que

temem desemprego enquanto buscam solução para voltar ao trabalho presencial com escolas fechadas. A analista de marketing Gabriela Jansen, 26, está comemorando seu primeiro mês empregada em uma empresa no setor de beleza em São Paulo. Desde o início de maio, ela trabalha em casa, onde vive com a mãe e a filha, Manuela, de seis anos. Diariamente, Gabriela interrompe o trabalho às 16h e retoma às 17h, em acordo com a empresa, para poder acompanhar as aulas online de Manuela. No resto do tempo, auxilia a filha nas lições de casa, ao mesmo tempo em que trabalha. "Está sendo uma loucura conciliar tudo", diz. Mas desde a semana passada, quando o prefeito Bruno Covas (PSDB) anunciou o plano de retomada gradual de alguns setores da economia na cidade, ela teve de acrescentar uma preocupação a mais em sua rotina: pensar em como fará com a filha quando retornar ao trabalho presencial. Isso porque os planos de reabertura não incluem, por ora, os portões das escolas. Assim como a chegada da pandemia do coronavírus mexeu com a rotina de muita gente, agora, os planos de retorno ao que era próximo da normalidade fará o mesmo. "Estou pensando em revezar os cuidados da minha filha com a minha mãe e minha ex-sogra, mas ainda não sei". O pai de Manuela, de quem Gabriela é separada, é funcionário de um banco e também não pode ficar com a filha durante o dia. "Estou quebrando a cabeça para saber o que fazer". Assim como Gabriela, milhares de outras mães estão tendo que aumentar seus malabarismos para planejar a retomada ao trabalho presencial. E "quebrar a cabeça" será mais uma atividade somada às horas dedicadas pelas mulheres aos cuidados com a casa. De acordo com o levantamento Outras formas de trabalho, realizado anualmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e divulgado nesta quinta-feira, em 2019, as mulheres dedicaram quase o dobro de horas semanais (21,4) aos afazeres domésticos ou ao cuidado de pessoas, especialmente crianças, em relação aos homens (11 horas semanais). A pesquisa ainda revela que essa dedicação, que deveria ser chamada apenas de trabalho não remunerado, só vem aumentando mais a sobrecarga das mulheres.



Livro

Em seu ensaio icônico “**Os Homens Explicam Tudo para Mim**”, Rebecca Solnit foca seu olhar inquisitivo no tema dos direitos da mulher começando por nos contar um episódio cômico: um homem passou uma festa inteira falando de um livro que “ela deveria ler”, sem lhe dar chance de dizer que, na verdade, ela era a autora. A partir dessa situação, Rebecca vai debater o termo mansplaining, o fenômeno machista de



homens assumirem que, independente do assunto, eles possuem mais conhecimento sobre o tema do que as mulheres, insistindo na explicação, quando muitas vezes a mulher tem mais domínio do que o próprio homem. Por meio dos seus melhores textos feministas, ensaios irônicos, indignados, poéticos e inquietos, as diferentes manifestações de violência contra a mulher, que vão desde silenciamento à agressão física, violência e morte. Os Homens Explicam Tudo para Mim é uma exploração corajosa e incisiva de problemas que uma cultura patriarcal não reconhece, necessariamente, como problemas. Com graça e energia, e numa prosa belíssima e provocativa, Rebecca Solnit demonstra que é tanto uma figura fundamental do movimento feminista atual como uma pensadora radical e generosa.

Filme



As Telefonistas/ Netflix: A primeira produção espanhola da plataforma é de época, ambientada na década de 1920 e marcada por discussões e abordagens de temas importantes, como o feminismo numa época de falta de liberdade para as mulheres. Ao

mesmo tempo que reproduz uma realidade da primeira metade do século XX, a série mostra como alguns aspectos da sociedade ainda permanecem atuais, focando na desigualdade de gênero.

Datas comemorativas

MAIO

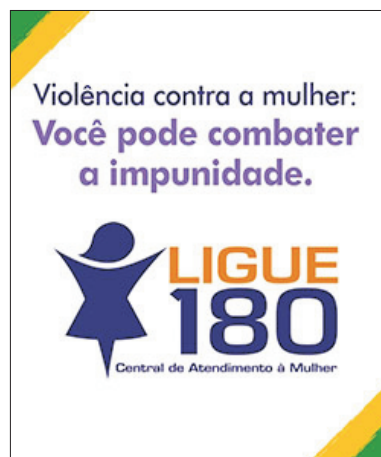
- 01/05 – Dia Internacional das Trabalhadoras.
- 17/05 – Dia Internacional contra a Homofobia.
- 18/05 – Dia Nacional de Combate ao Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.
- 19/05 – Dia da Defensoria Pública.
- 20/05 – Dia da Pedagoga.
- 28/05 – Dia Intenacional de Luta pela Saúde da Mulher e Dia Nacional de Redução da Morte Materna.
- 30/05 – Dia da Luta pela Maior Participação Política das Trabalhadoras Rurais.

JUNHO

- 01/06 – Dia de Combate ao Femicídio.
- 04/06 – Dia Internacional das Meninas e Meninos Vítimas de Agressão.
- 09/06 – Data da adoção pelo Brasil, da Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher, Convenção Belém do Pará.
- 21/06 – Dia da Luta por Educação não Sexista e sem Discriminação.
- 28/06 – Dia do Orgulho Gay.



DENUNCIE!



EXPEDIENTE



Defensoria Pública de Mato Grosso do Sul
Defensoria Pública-Geral do Estado
Núcleo Institucional de Promoção e Defesa
dos Direitos da Mulher - NUDEM

28ª Edição - Maio/Junho de 2020

Fábio Rogério Rombi da Silva
Defensor Público-Geral do Estado.

Patrícia Elias Cozzolino de Oliveira
Primeira Subdefensora Pública-Geral.

Valdirene Gaetani Faria
Segunda Subdefensora Pública-Geral.

Thais Dominato Silva Teixeira
Coordenadora do Núcleo Institucional
de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher

Colaboradores desta edição:

Thais Dominato Silva Teixeira
Coordenadora do NUDEM e Defensora Pública de Defesa da Mulher

Amélia Luna
Assessora do NUDEM

Diagramação: Moema Urquiza | Assessoria ESDP

Núcleo Institucional de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher NUDEM

Rua Doutor Arthur Jorge, 779 - Centro
79002-440 - Campo Grande-MS
Email: nudem@defensoria.ms.def.br
Fone: (67) 3313-5801

Centro Judiciário de Solução de Conflitos, Núcleo de Mediação

Rua Doutor Arthur Jorge, 779 - Centro
79002-440 - Campo Grande-MS
Fone: (67) 3313-5800

Defensoria Pública de Defesa da Mulher - Casa da Mulher Brasileira

Rua Brasília, S/N, Lote 10A, Quadra 2 - Jardim Imá
Campo Grande-MS
Fone: (67) 3304-7589